

**CAMPOS EXPERIMENTAIS NO CURRÍCULO
DO ENSINO MÉDIO, EM ÁREAS DE
ASSENTAMENTOS NO SEMIÁRIDO**

**EXPERIMENTAL FIELDS IN THE HIGH
SCHOOL CURRICULUM, IN SETTLEMENT
AREAS IN THE SEMI-ARID**

**CAMPOS EXPERIMENTALES EN EL
CURRÍCULO DE LA ESCUELA SECUNDARIA,
EN LAS ZONAS DE ASENTAMIENTO DEL
SEMIÁRIDO**

Resumo: Como se constituem e funcionam os “campos experimentais” no currículo do Ensino Médio? Qual sua importância e contribuição para a formação dos jovens camponeses de áreas de assentamento em região semiárida? A partir destas indagações buscamos compreender a constituição e funcionamento do campo experimental no currículo da Escola Estadual de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira, destacando sua importância para a formação dos estudantes camponeses do Semiárido. O aporte teórico do texto se dá a partir dos estudos de Caldart (2009) e Molina (1999), sobre Educação do Campo; Souza, Nascimento e Silva (2013) sobre Ensino Médio; Veiga (1998) e Vasconcelos (2002) sobre Projeto Político Pedagógico; Moreira e Silva (1994), e Reis e Rocha (2019) na discussão sobre currículo e contexto semiárido. A pedagogia do Movimento Sem Terra (2006) também se constitui numa referência central para a presente discussão. O texto resulta de uma pesquisa qualitativa, documental, cuja fonte principal é o Projeto Político Pedagógico da referida escola e alguns relatórios pedagógicos. O estudo aponta que os Campos Experimentais possibilitam: estreitar o trabalho pedagógico da escola no âmbito da agroecologia com a prática agroecológica das famílias dos educandos(as); maior conhecimento e renovação das práticas de agricultura e pequena pecuária apropriada à região semiárida, realizada nas comunidades da região; maior conhecimento da procedência das sementes da comunidade e incentivo à preservação da semente crioula. Assim, os Campos Experimentais se constituem como lugar de ex-perimentum de práticas educativas de convivência com a região semiárida, a partir da escola.

Palavras-chave: Educação do Campo. Campo Experimental. Currículo. Projeto político-pedagógico.

Recebido em: 10/03/2021

Alterações recebidas em: 17/05/2021

Aceito em: 17/05/2021

Publicação em: 09/06/2021



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-1579.

2021v14n2.58079

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Ana Célia Silva Menezes

Doutora em Educação

Professora da Universidade Federal da
Paraíba, Brasil.

E-mail: anacelia.menezes1@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7118-1177>

Edmerson dos Santos Reis

Doutor em Educação

Professor Titular da Universidade do
Estado da Bahia, Brasil.

E-mail: edmerson.uneb@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3153-6759>

Francisca Livramento da Silva

Pedagoga

Educadora Popular do Movimento dos
Trabalhadores sem Terra, Ceará/Brasil.

E-mail: xikadasilva28@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5581-3354>

Como citar este artigo:

MENEZES, A. C. S.; REIS, E. S.; SILVA, F. L. CAMPOS EXPERIMENTAIS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO, EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS NO SEMIÁRIDO. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 2, p. 1-12, 2021. ISSN1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58079>.

Abstract: How the "experimental fields" are constituted and functioning in the high school curriculum? What is its importance and contribution to the training of young peasants from settlement areas in a semi-arid region? Based on these questions, we seek to comprehend the constitution and functioning of the experimental field in the curriculum of the João dos Santos de Oliveira State High School, highlighting its importance for the training of peasant students from the Semi-Arid region. The theoretical contribution of the paper is based on the studies of Caldart (2009) and Molina (1999), about Rural Education; Souza, Nascimento e Silva (2013) regarding High School; Veiga (1998) and Vasconcelos (2002) relating to Political Pedagogical Project; Moreira e Silva (1994), and Reis and Rocha (2019) in the discussion on curriculum and semi-arid context. The pedagogy of the Brazilian Landless Workers Movement (2006) is also a central reference for this discussion. The paper is the result of qualitative research, documental data, which the main source is the Pedagogical Political Project of the referred school and some pedagogical reports. The study points out that the Experimental Fields make it possible to: narrowing the school's pedagogical work in the context of agroecology with the agroecological practice of the students' families; greater knowledge and renewal of agriculture and appropriate small livestock practices to the semi-arid region carried out in the communities of the region; greater knowledge of the origin of the community's seeds and encouragement for the preservation of the Creole seed. Thus, the Experimental Fields constitute a place of ex-perimentum of educational practices of coexistence with the semi-arid region, starting from the school.

Keywords: Rural Education. Experimental Field. Curriculum. Political-pedagogical Project.

Resumem: ¿Cómo se constituyen y funcionan los "campos experimentales" en el plan de estudios de la escuela secundaria? ¿Cuál es su importancia y contribución a la formación de jóvenes campesinos en áreas de asentamiento en la región semiárida?, a partir de estas preguntas, buscamos comprender la constitución y funcionamiento del campo experimental en el currículo del João dos Santos de Oliveira. Escuela Secundaria Estatal, destacando su importancia para la formación de estudiantes campesinos en la región semiárida. La contribución teórica del texto se basa en los estudios de Caldart (2009) y Molina (1999), sobre Educação do Campo; Souza, Nascimento e Silva (2013) en la escuela secundaria; Veiga (1998) Vasconcelos (2002) sobre Proyecto Político Pedagógico; Moreira e Silva (1994) y Reis y Rocha (2019) en la discusión sobre currículo y contexto semiárido. La pedagogía del movimiento sin tierra (2006) es también una referencia central para la presente discusión. El texto es el resultado de una investigación documental cualitativa, cuya fuente principal es el Proyecto Político Pedagógico de esa escuela y algunos informes pedagógicos. El estudio señala que los campos experimentales permiten: acotar el trabajo pedagógico de la escuela en el contexto de la agroecología con la práctica agroecológica de las familias de los estudiantes; mayor conocimiento y renovación de las prácticas agrícolas y ganaderas propias de la región semiárida, realizadas en las comunidades de la región; mayor conocimiento del origen de las semillas de la comunidad y estímulo para preservar la semilla criolla. Así, los Campos Experimentales constituyen un lugar de experimentación de prácticas educativas de convivencia con la región semiárida, a partir de la escuela.

Palabras-clave: Educación Rural. Campo Experimental. Reanudar. Proyecto político-pedagógico.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

A realidade da educação pública brasileira denuncia as desigualdades de classe, etnia e gênero, quando fazemos uma análise comparativa de indicadores educacionais. Se fizermos o recorte geográfico: nordeste e campo, a desigualdade se acentua ainda mais.

Dados do IBGE¹ apontam que no Nordeste, três em cada cinco adultos (60,1%) não completaram o ensino médio. Entre as pessoas de cor branca, 57,0% tinham concluído esse nível no país, enquanto essa proporção foi de 41,8% entre pretos ou pardos. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, mais da metade da população de 25 anos ou mais tinha o Ensino Médio completo. Por outro lado, no Nordeste, 60,1% dos adultos não tinham completado este nível. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) existem 181.939 escolas no Brasil. 57.609 estão no Campo. Destas, 56.954 são públicas e

¹ Fonte: IBGE 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em 05/03/2021

655 privadas.

O Estado do Ceará tem uma população jovem entre 14 e 17 anos, estimada em 548.275 pessoas e um atendimento escolar de 68,55% (SEDUC 2019). Um número significativo de jovens continuam sem o direito ao acesso à educação escolar.

É a partir da negação do direito à educação e, frente à insuficiência, ineficácia e ineficiência das políticas públicas para as populações do campo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Ceará, em sintonia com o Movimento Nacional da Educação do Campo assume a bandeira da luta, defesa e construção de uma educação pública de qualidade, sobretudo em áreas de assentamento da reforma agrária.

É nesse contexto que se deu a pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), Pedagogia do Campo, ofertado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em que estudamos os Campos Experimentais como prática pedagógica para o Ensino Médio em áreas de assentamentos do MST, no Ceará. Dessa pesquisa foi feito um recorte, para o presente artigo com a seguinte problematização: Como se constitui e funciona o campo experimental no currículo do Ensino Médio da escola João dos Santos de Oliveira? qual sua importância e contribuição para a formação dos jovens camponeses de áreas de assentamento em região semiárida? O objetivo geral desse artigo é compreender a constituição e funcionamento do Campo Experimental da Escola Estadual de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira, destacando sua importância para a formação dos estudantes camponeses do Semiárido. O aporte teórico do texto se dá a partir dos estudos de Caldart (2009) e Molina (1999), sobre Educação do Campo; Souza, Nascimento e Silva (2013) sobre Ensino Médio; Veiga (1998) e Vasconcelos (2002) sobre Projeto Político Pedagógico; Moreira e Silva (1994) e Reis e Rocha (2019) na discussão sobre currículo no contexto do Semiárido. A pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2006) também se constitui numa referência central para a presente discussão. O texto resulta de uma pesquisa qualitativa, documental, cuja fonte principal é o Projeto Político Pedagógico e alguns relatórios da referida escola.

Na estruturação do presente artigo apresentamos uma discussão inicial sobre Educação do Campo, Currículo e Ensino Médio no semiárido brasileiro e na sequência a proposta dos Campos experimentais como locus de aprendizagens curriculares significativas para jovens assentados. Concluímos tecendo algumas considerações acerca dos resultados emergentes dessa prática curricular.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO, CURRÍCULO E ENSINO MÉDIO NO SEMIÁRIDO: algumas problematizações

A luta em defesa da Educação do Campo se constitui num movimento social protagonizado pelos camponeses e camponesas, assentados e assentadas da reforma agrária, ribeirinhos, pescadores, povos da floresta, quebradeiras de coco, índios, atingidos por barragens e pequenos agricultores² que, reivindicam escola no campo e do campo, referenciada na organização social, política e cultural camponesa e articulada à todas as outras lutas por direitos sociais necessários à uma vida digna a essas populações.

A Educação do Campo é portanto, concebida, não como uma teoria pedagógica resultante de estudos e pesquisas acadêmicas, tampouco resulta de uma decisão burocrática. Ela consiste num projeto político resultante da práxis pedagógica de movimentos e organizações sociais populares que a compreendem como elemento fundamental para a formação humana que tem a prática social como principal ambiente de construção de conhecimentos emancipatórios e significativos. Por isso, a Educação do Campo não se limita ao espaço escolar, mas a partir da escola, dialoga com os demais espaços educativos da comunidade.

A Educação do Campo precisa ser específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais

² Cf. resolução nº 02/2008/ CNE/CEB

plena e feliz (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p.23).

Nesse sentido a Educação do Campo é inicialmente, a concretização do direito da população camponesa à educação escolar, à uma escola pública e gratuita com o dever de formar seres pensantes e capazes de transformar a realidade em que se inserem. Para além da dimensão escolar, a Educação do Campo é também o lugar de afirmação de um outro projeto de sociedade. E por assim entendê-la, compreendemos que a Escola do Campo se define mais pelo vínculo com a cultura, as lutas e os saberes dos camponeses do que pelo espaço geográfico no qual está situada.

A identidade da escola do Campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL/MEC, 2012, p. 33)

Esse entendimento remete a uma compreensão contra hegemônica de escola e de currículo. É nesse lastro teórico que o Movimento dos Sem Terra e tantos outros movimentos e organizações sociais populares comprometidos com um projeto de sociedade pautados em princípios e práticas não capitalistas, solidárias e socialmente sustentáveis, vêm desenvolvendo a partir da escola, práticas agroecológicas que se estendem ou se articulam com outras práticas comunitárias de fortalecimento do projeto de agricultura familiar camponesa, evidenciando as contradições e disputas de classe no campo.

Nesse sentido, compete à Escola do Campo construir seu currículo como um itinerário formativo que contribua na formação de sujeitos conscientes da sua realidade, possuidores de um conhecimento que problematize a realidade e incida na melhoria da qualidade de vida das comunidades campesinas.

O currículo “é a seleção e organização do conhecimento cultural e socialmente considerado válido para um tempo particular”. (PACHECO 2005, p. 76). Nessa mesma direção vale acrescentar que o currículo resulta de um processo social de correlação de forças e, por isso, sempre se constitui num campo de disputa.

De acordo com Moreira e Silva (1994), o Currículo tem vinculação com as formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. Ele não é neutro e está implicado em relações de poder.

Nessa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. [...] (MOREIRA; SILVA, 1994, p.7).

Do ponto de vista pedagógico, o currículo expressa o “projeto” educativo da escola e, por isso, se constitui num elemento central da escola organização e funcionamento da escola. Trata-se de um eixo em torno do qual e para o qual convergem todas as “atividades ou ações” da escola. Desde o aspecto da formação, gestão e infraestrutura do ambiente educativo. Entretanto, nem sempre essa moldura e esse contexto apontados por Moreira e Silva (1994) englobam ou dão conta dos contextos singulares, deixando-os apenas como possibilidades de adequações, uma vez que os contextos considerados mais “cultos”, e propagadores das metanarrativas universalistas, consideradas verdadeiras e orientadoras de um ideal de escola e de contexto, são sempre excludentes, para as quais os contextos locais e seus saberes são considerados menores, perniciosos, impregnados de um “senso comum” desnecessário de compor o currículo formativo da educação.

Esse entendimento nos instigou a pensar o currículo do Ensino Médio. Sua configuração atual e as possibilidades da Escola do Campo construir um itinerário formativo significativo aos jovens estudantes. Como construir desde a escola conhecimentos que favoreçam esses jovens a protagonizarem suas próprias histórias com a capacidade de intervir e transformar suas realidades?

Do ponto de vista legal, o Ensino Médio é definido como uma das etapas da Educação Básica e se inicia após os anos finais do Ensino Fundamental, (LDB 9394/96, art.21). Com a reforma estabelecida pela lei 13.415/2017, se instituiu o “novo ensino médio” que amplia de 800 para 1000 h/anuais (até 2022) e define uma nova organização curricular baseada nos itinerários formativos que, em síntese, geram uma dualidade na formação em nível médio: formação técnica e profissional para os jovens da classe trabalhadora e uma formação geral, “propedêutica” para os jovens que continuarão seus estudos na universidade. Esta dualidade na formação é apenas uma dentre muitos outros pontos críticos e passíveis de questionamentos, presente na reforma do Ensino Médio.

Não seria desejado que este espaço de formação dos nossos jovens, mediado por um currículo incluyente, buscasse assumir o desafio de irromper com esta dualidade da formação presente no sistema que divide sujeitos, classes e destinos profissionais? Não seria mais significativo que na promoção dessa formação se contemplasse as duas perspectivas, independente de classe A, B ou C, incidindo, inclusive, nos sistemas de acesso à universidade, rompendo com este diferencial de classe, a partir do acesso, sendo essa uma opção do nosso jovem? Não seria uma alternativa a busca de concretização de em uma escola de Ensino Médio com todas as condições de aprendizagens, que permitissem ao jovem a sua livre escolha de direcionamento do seu futuro acadêmico e/ou profissional e não tornando-o apenas a vítima das escolhas já predeterminadas pelo sistema e pelo mercado, ou simplesmente uma marionete nas mãos dos desejos de outrem? O problema se faz ainda mais complexo quando nos referimos aos jovens e juventudes camponesas.

Conforme os princípios e fins da Educação Nacional o Ensino Médio tem por finalidade contribuir para “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB 9394/96 art 2º). A questão que se impõe é o modelo de educação implícito na reforma em curso e os impactos negativos dessa reforma na formação dos jovens camponeses no Semiárido brasileiro.

As gritantes desigualdades regionais no campo educacional geram também desiguais oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem para os jovens camponeses. O que torna imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento a essas assimetrias, como revelam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (2019), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada pela Agência Brasil (2020)³.

As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste têm médias de anos de estudo acima da nacional, com 10,1; 9,7; e 9,8 anos respectivamente. As regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média do país, com 8,1 anos e 8,9 anos, respectivamente. A proporção daqueles com 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio passou de 47,4% em 2018 para 48,8% em 2019. Entre os brancos, esse índice é maior, 57%. Entre os pretos e pardos, 41,8%. De 2016 para 2019, essa diferença, de acordo com o IBGE caiu um pouco, porém se manteve em patamar elevado, indicando que as oportunidades educacionais eram distintas para esses grupos. (BRASIL, 2020, p 03)

Destaque-se, que estes dados referentes ao Nordeste, quando feito o recorte do Semiárido, tornam-se mais discrepantes na comparação com médias nacionais. Uma reforma que não enfrenta essas questões, contribui para agravá-las.

Sousa, Nascimento e Silva (2013) pontuam que é necessário que o Ensino Médio, atuando como última etapa da educação básica na vida do sujeito, favoreça o desenvolvimento de princípios e objetivos, que contemplem as necessidades socioculturais, políticas e econômicas dos sujeitos que a constituem. Reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro incerto, mas como sujeitos constituídos de direitos e deveres, que devem ter acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, não figurando historicamente apenas como aqueles que são os excluídos. Este é um

³ Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos>. Acesso em 05/03/2021.

dos desafios postos aos movimentos do campo e da cidade que atuam no âmbito da educação.

Corroborando com Sousa, Nascimento e Silva (2013) reconhecemos a importância do Ensino Médio, como uma das etapas da educação básica, na formação profissional e na formação básica. No semiárido, esta etapa, pode, sobretudo, formar para a compreensão desses jovens acerca do seu contexto, possibilitando o desenvolvimento de atividades produtivas apropriadas às características naturais e culturais da região.

Entendemos que a Educação Básica de Nível Médio é de fato "básica" para a formação da juventude. Um de seus objetivos principais é buscar desenvolver e consolidar nos jovens uma visão de mundo articulada a valores de identidade que vai assumindo nesta fase da vida. E para que se construa uma visão crítica e criativa de mundo é preciso ter uma base de compreensão teórico-prática das ciências que permita entender a formação social, econômica, política e cultural da sociedade, a natureza, as diferentes dimensões da vida humana (MST, 2006, p.14).

A reflexão sobre a Educação do Campo, o Currículo e o ensino médio no semiárido evidencia os desafios para a implantação de um Ensino Médio de qualidade, quais sejam: condições precárias de infraestrutura da escola do campo (especialmente o semiárido brasileiro), precarização do trabalho docente, currículo e a formação de educadores (as) descontextualizadas à realidade e necessidades dos jovens camponeses; poucos especialistas para atuarem nas disciplinas exigidas para esta etapa de ensino, polivalência, dentre outras.

O movimento da Educação do Campo e, especialmente o MST em suas escolas situadas em áreas de assentamento da reforma agrária, validam o compromisso em proporcionar à juventude uma formação crítica e teórico-prática, já que na maioria das vezes esses jovens não conseguem ter acesso à escola e quando têm, é de forma precária e desvinculada de sua realidade.

Essa compreensão reafirma processos e lutas por um currículo de sentido e significado, descolonizado e contextualizado, pautado no diálogo entre os saberes presentes na ambiência formativa da escola e do seu entorno e na relação direta que estabelece com a realidade local na qual a escola e os sujeitos estão inseridos ou por ela são tocados. Este movimento vem sendo protagonizado por diversos educadores, movimentos sociais, intelectuais, e é reafirmada por Reis e Rocha (2019) quando destaca que:

[...] a riqueza dos processos educativos e do currículo contextualizados reside necessariamente na possibilidade de uma abordagem preñe de sentidos e num diálogo permanente dos conhecimentos curriculares, numa abordagem inter-trans e multidisciplinar, tendo no contexto e nos saberes de domínio dos sujeitos do processo educativo, o ponto de partida para a construção do saber significativo. (REIS; ROCHA, 2019, p. 26)

O desafio posto ao Movimento da Educação do Campo tem sido o de construir uma escola pública, contextualizada e de qualidade socialmente referenciada. "Uma escola pública camponesa, formadora do homem e da mulher do campo e promotora do desenvolvimento do território camponês, vinculada a um movimento de luta social pela reforma agrária no Brasil" (MST 1996, p. 4).

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto da sociedade. Se é assim, ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro (CALDART,

2003, p.07).

A formalização do currículo escolar se dá na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Daí que uma escola do campo, no semiárido, deve ter como eixo articulador o estudo sobre esse território, que se constitui no espaço de vida dos sujeitos.

[...] o Projeto Político Pedagógico das escolas do campo deve ser o instrumento norteador de toda essa construção. Ele deve ser a síntese de todo projeto de formação, da concepção política a ser adotada e das opções pedagógicas e metodológicas que deverão, em sala de aula e nas diversas práticas escolares, permitir a efetivação de uma práxis de fato inovadora, capaz de concretizar os sonhos, os anseios, os desejos e as necessidades da formação permanente dos sujeitos educativos. Isso só será possível se a construção do PPP for realizada pelo conjunto dos diversos segmentos que compõe a escola (pais, alunos, professores, coordenadores, funcionários e direção) já que todos esses são agentes educativos, e que mesmo com todas as diferenças, deve-se buscar o consenso, possibilitando o processo educativo que não nega as contradições presentes na relação educação-sociedade (REIS, 2011, p. 185).

Na direção apontada por Reis (2011) o Projeto Político Pedagógico da escola, se constitui, desde sua elaboração, num empenho coletivo em que todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar junto com os movimentos e organizações sociais populares locais definem as possibilidades de vínculo da escola com os outros espaços de educação existentes na comunidade e nos quais as pessoas vão se constituindo como sujeitos de conhecimento. Muito mais do que um mero documento curricular, o PPP é um referencial político-educacional para todas as ações da escola. É a formalização e materialidade do currículo. Segundo Veiga (1998) ele aponta o rumo, a direção da ação educacional, que nunca pode ser considerada descolada do seu compromisso na sociedade.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 1998, p.11).

Desse modo, o projeto político-pedagógico organiza o trabalho pedagógico tanto na escola como na sala de aula. O PPP exerce uma função política, já que é elaborado e desenvolvido para a formação do cidadão. Vasconcellos (2002) afirma que o Projeto Político-Pedagógico é antes de tudo um projeto educativo da escola. E por isso, o autor sublinha que deve ser entendido como uma sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo que se aperfeiçoa e se visibiliza no caminhar da escola. “É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade” (VASCONCELLOS, 2002, p.169).

É nesse veio de mudança e inovação que compreendemos a experiência político-pedagógica do Campo Experimental no currículo da escola João dos Santos de Oliveira, do Assentamento 25 de maio, comunidade Quieto, município de Madalena-CE. O Projeto Político Pedagógico e alguns relatórios da escola foram as fontes de pesquisa utilizadas para este estudo.

3 CAMPOS EXPERIMENTAIS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA JOÃO DOS SANTOS DE OLIVEIRA: o que propõe o Projeto Político-Pedagógico da escola?

O PPP da Escola João dos Santos Oliveira encontra-se organizado em quatro partes, tendo como referência a definição demarcos que fundamentam o Projeto Político Pedagógico, quais sejam, o marco referencial que traz a função social da escola, sua missão e os valores defendidos na formação dos sujeitos; o marco situacional que traz a leitura coletiva e histórica sobre a realidade, estabelecendo o contexto, a partir do qual se constrói a escola e onde se dará sua ação educadora de modo imediato; o marco conceitual, que estabelece a visão, valores, conceitos e postura crítica da escola, frente à realidade a ser

transformada; e o marco operacional que, partindo dos três anteriores, define a intencionalidade, a organização curricular, a gestão escolar e os demais elementos concretos da funcionalidade da escola.

De acordo com o PPP (2012) sua matriz curricular baseia-se no inventário da realidade, vinculado ao trabalho pedagógico com os conhecimentos de cada componente curricular, agrupados por áreas (linguagens e códigos, ciências da natureza, matemática, ciências humanas e sociais, ciências agrárias) como parte da educação básica na perspectiva integral e unitária. Nesta proposta o trabalho é um princípio educativo centrado na educação tecnológica, nesse caso, com ênfase nas tecnologias de convivência com o semiárido.

O estudo sobre as tecnologias sociais de convivência com o semiárido é uma estratégia fundamental para compreensão, desde a escola das potencialidades e possibilidades da região semiárida. Nesse caso, compete à escola socializar o conhecimento produzido nessa área e, num processo contínuo e permanente de problematização, estudo e sistematização, construir novos conhecimentos significativos e necessários à sustentabilidade da vida humana e não humana.

No quadro abaixo, apresentamos a matriz curricular da Escola Estadual de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira:

Quadro 1 - matriz curricular da Escola Estadual de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira

Área do Conhecimento	Base Comum	Base Diversificada	Tempos Educativos
Linguagens e Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Projetos, Estudos e Pesquisa	Estudo Individual
	Língua estrangeira (In-glês)		Oficina e atividades cultu-rais
	Educação Física		Seminário
	Artes		Aula
			Esporte e lazer
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas	Trabalho
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física		Oficina e atividades cultu-rais
	Química		Seminário
	Biologia		Aula
			Estudo Individual
Ciências Sociais e suas Tecnologias	História	Práticas Sociais Comunitárias	Formação/ Mística
	Geografia		Organicidade
	Filosofia		Oficina e atividades cultu-rais
	Sociologia		Seminário
			Aula
			Estudo Individual

Fonte: Organizado pelos autores, 2021.

A Escola do Campo João dos Santos de Oliveira inclui na parte diversificada do seu currículo a disciplina, organização do trabalho e técnicas produtivas (PPP, 2012). Esse componente se relaciona diretamente com os campos experimentais, que são espaços de experiências de agricultura, psicultura, entre outros.

O campo experimental situa-se na parte diversificada do currículo e se configura como espaço(s) educativo(s) diferenciado(s). Ele é bem mais que um roçado cedido pelo assentamento para os educandos e educandas, junto com os educadores fazerem aulas práticas, experimentos, criar animais, fazer viveiro de plantas nativas, cultivar horta, fazer mandala, plantar sem veneno (PPP, 2012). É parte da estratégia de fortalecimento da agricultura camponesa e familiar e da reforma agrária, visando a melhoria

da vida e da renda das famílias.

Embora necessite de uma área específica, o campo experimental não é um espaço físico, mas uma estratégia, um conjunto de ações de fortalecimento da agricultura popular camponesa e da reforma agrária, a partir da escola. Um laboratório onde experimentamos, pesquisamos, inventamos tecnologias para a agricultura camponesa, a partir da realidade produtiva de cada comunidade. (PPP, 2012, p.46).

Nesse sentido, o campo experimental parte de uma teoria, passa pela prática e retorna à teoria, não é só o lugar físico que determina o que é, e não é somente nesse lugar que o campo experimental mostra sua funcionalidade; seus resultados vão além do cultivo direto da terra, vão além da plantação e da preservação da natureza. O campo experimental é a sala de aula fora da escola, é o lugar de encontro da educação com a produção e da escola com os diversos espaços produtivos existentes na comunidade.

Os campos experimentais são territórios do ensaio, da pesquisa, da construção de novas alternativas tecnológicas, da organização coletiva, da cooperação para o trabalho, da experimentação do novo campo em construção: da agroecologia, da sustentabilidade ambiental, da soberania alimentar, da economia solidária, da convivência com o semiárido, da resistência cultural. (PPP, 2012 p.47).

Sua proposta é mostrar que é possível a produção de alimentos sem a necessidade de usar agrotóxicos. No processo de ensino e aprendizagem, os alunos conhecem as técnicas populares e científicas envolvendo algumas disciplinas, tendo como princípio, a interdisciplinaridade. Aprendem a fazer cálculos, aprendendo os manejos apropriados à conservação do solo; e como resultado dessa experiência a comunidade escolar pode produzir seus alimentos e comercializar seus produtos gerando renda e aprendendo a conviver com o semiárido. O objetivo central do campo experimental, na escola João dos Santos de Oliveira é mostrar que é possível produzir alimentos saudáveis, gerar renda, conviver com a natureza e ganhar mais conhecimento.

As atividades relacionadas com o campo experimental se darão a partir do tempo trabalho e do componente curricular Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas (OTTP) articulando-se com a comunidade escolar, para o acompanhamento e manutenção do mesmo. Poderão, ainda, ser desenvolvidas atividades nos campos experimentais, a partir de uma área de conhecimentos específica, sob a orientação do respectivo educador (PPP, 2012, p. 48)

Com base no relatório setor de educação/MST (2016) são nove (09) anos de uma vivência marcada pela experimentação de projetos produtivos variados elaborados a partir de um diagnóstico das potencialidades produtivas de cada realidade e levando em conta as condições climáticas da região semiárida com longas estiagens em relação às chuvas.

Figura 1 - Criação de animal de pequeno porte



Fonte: arquivo da escola, 2019.

figura 2 - Viveiro de mudas nativas



Fonte: arquivo da escola, 2019.

A diversidade de ações e *ex-perimentuns* produtivos tem garantido com que se desenvolvam projetos relacionados à captação e armazenamento de água e recuperação de solos e a implantação de unidades de produção de hortas mandalas, roçados consorciados, cultivos irrigados, plantio defrutíferas, organização de viveiros de mudas, compostagens, casas de sementes, etc. De acordo com o relatório da reunião mensal da coordenação das escolas do campo do MST/CE, “nos últimos anos, os educadores e educadoras tem cada vez mais utilizado os laboratórios para desenvolver algumas experiências de catalogação de sementes, pequenos experimentos com plantas medicinais, etc”.

As atividades do campo experimental deverão ser planejadas por equipes multidisciplinares, envolvendo o técnico agrícola ou agrônomo responsável pelas atividades do campo experimental e demandam dois níveis de planejamento: um mais estratégico, envolvendo o setor de educação e produção e outro operacional, envolvendo educadores, educandos e técnico responsável. A produção, fruto deste trabalho será destinada à complementação da alimentação escolar; podendo ser ainda socializada com as famílias dos estudantes e utilizada em ações planejadas pela escola. (PPP, 2012, p.49).

Nessa experiência, a agroecologia emerge como um campo articulado à agricultura camponesa buscando uma sustentabilidade produtiva e ecológica, não apenas devido ao não uso dos agrotóxicos, mas sobretudo por indicar a construção de um modo de vida saudável para as pessoas e o planeta.

Vale destacar a finalidade e contribuições específicas do campo experimental da Escola Estadual João dos Santos de Oliveira, na formação dos estudantes do Ensino Médio:

A finalidade do campo experimental é ser um espaço educativo, despertar vivenciar com os educandos e educandas o amor à terra, a curiosidade que motiva a pesquisa e a descoberta, a apreensão dos conhecimentos das técnicas agrícolas e agroecológicas, valorizando as experiências produtivas existentes, visando à socialização prática dos conhecimentos apreendidos com as famílias dos estudantes das comunidades da região. Tem como princípio organizativo a cooperação, que será estimulada através do trabalho em equipes, grupos coletivos, desde um planejamento coletivo e a avaliação de cada ação realizada. (PPP, 2012, p. 50)

Como vimos a escola João dos Santos de Oliveira, implementa a formação para o trabalho (PISTRAK, 2011) mediante o estudo prático no campo experimental da agricultura camponesa. Nele os jovens estudantes conhecem as alternativas de geração de renda, vivenciam a cooperação e coletividade e têm uma formação humanizadora centrada na criticidade, dialogicidade, análise e interpretação da realidade, soluções de problemas (FREIRE, 1997) e organicidade no movimento que estão inseridos. O

campo experimental contribui na preparação dos jovens que estudam nessa escola, apontando-lhes a possibilidade de sua permanência no campo com qualidade de vida, lutando por acesso ao ensino superior como continuidade de formação profissional.

A Escola do Campo ao tomar a realidade camponesa como objeto de conhecimento a fim de transformá-la, não pode abrir mão das conquistas dos movimentos sociais populares do campo e da luta atual para mantê-las. Nesse sentido, estratégias pedagógicas que possibilitam o diálogo interdisciplinar, articulando os conhecimentos escolares dos diversos campos da ciência com a vida camponesa, sua cultura, seu trabalho e seus saberes, é fundamental no itinerário formativo.

O campo experimental da escola pesquisada proporciona a seus educandos e ao Assentamento muito mais do que uma atividade produtiva e ultrapassa o aspecto de experimentação que pode ser potencializado no desenvolvimento de práticas sociais de intervenção coletiva na realidade. Promove a articulação da escola com as famílias e comunidade, incentiva a organização coletiva, a participação social e política, a mística e a valorização da cultura camponesa.

Um aspecto muito relevante que vale a pena ressaltar é que para dar o bom desenvolvimento dessas atividades, os educadores e educadoras têm um processo constante de formação continuada para um melhor desempenho do trabalho no Campo Experimental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se constituem e funcionam os “campos experimentais” no currículo do ensino médio? qual sua importância e contribuição para a formação dos jovens camponeses de áreas de assentamento em região semiárida? Essas indagações motivaram a escrita desse artigo. Buscamos então, a partir das informações coletadas durante a pesquisa, compreender o funcionamento dos Campos Experimentais como Prática do currículo do Ensino Médio para jovens assentados.

Depois de concluir a pesquisa documental, consideramos que o Campo Experimental da Escola Estadual de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira, se constitui como espaço de ensino-aprendizagem de tecnologias sociais apropriadas ao semiárido, com foco na pequena pecuária e agricultura camponesa de base agroecológica. Esses eixos são fundamentais na formação dos jovens camponeses uma vez que tais atividades produtivas são parte do trabalho desses sujeitos. Aprender, desde a escola o manejo apropriado de animais de pequeno porte e o cultivo de alimento saudável é um aprendizado significativo para os estudantes e para a comunidade com a qual a escola está em permanente diálogo.

Nesse sentido o trabalho no campo experimental possibilita o incentivo e valorização de uma produção desde a matriz agroecológica, junto às famílias dos educandos e educandas; constrói uma relação de cuidado com a natureza e com a vida; favorece o conhecimento da procedência das sementes da comunidade e incentiva preservação da semente crioula.

Destacamos ainda que a inserção das atividades do Campo Experimental no currículo, possibilita o desenvolvimento de práticas curriculares contextualizadas, mediante às quais a escola contribui para a qualificação do trabalho camponês e da renda permanente para os(as) jovens camponeses(as). Essas práticas também valorizam as ações coletivas desenvolvidas por organizações sociais comunitárias e Movimentos sociais como o MST. O campo experimental possibilita assim, um ensino articulado à produção camponesa e contribui com a escola no que se refere aos seus objetivos específicos.

Enfim o campo experimental como prática pedagógica se constitui como mediação no processo de ensino-aprendizagem ao tempo que funciona como um mecanismo de articulação da escola com as famílias, com a comunidade e com a proposta da agricultura familiar camponesa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e Bases da Educação. 9.394/96**. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 de jan de 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao->

[ceb-2002](#). Acesso em: 21 de jan de 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias112877938/orgaos-vinculados-82187207/12759-resolucoes-ceb-2008>. Acesso em 21 de jan de 2020.

CALDART, Roseli Salete. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo** / Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.35-64, mar. 2009

MOLINA, Monica. Educação do Campo. In: org. CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. Ed., 2. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

PACHECO, José Augusto. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 1999. nº 1.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Princípios da educação no MST**. Caderno de Educação. MST, n.8, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). CAMINHOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE NÍVEL MÉDIO PARA A JUVENTUDE DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA. **Documento Final do 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária**. Luziânia/GO, 18ª 22 de Setembro, 2006.

REIS, Edmerson dos Santos. O projeto político-pedagógico nas escolas do campo – um instrumento essencial. In: LIMA, Elmo de Souza; SOUZA, Ariosto Moura de. **Diálogos sobre a Educação do Campo**. Teresina, Piauí: EDUFPI, 2011.

REIS, Edmerson dos Santos Reis; ROCHA, Adma Hermenegildo. A contextualização curricular insurgente no semiárido brasileiro e a ressignificação dos saberes escolares. In: Reis, Edmerson dos Santos; Teles, Edilane Carvalho. **Contextualizar a educação, dar sentido aos saberes**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

SOUZA, Maria Leomar Pereira de; NASCIMENTO, Cristiane Mendes do; SILVA, José Jonas Borges da. **A POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO NO CAMPO: a experiência da Escola Roseli Nunes, Assentamento Cigra, Lagoa Grande do Maranhão - MA**. 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/pdf/apoliticadeensinomedionocampo.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político pedagógico**. São Paulo: Leberdad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, p.11-35. 1998.

Sites Consultados

SEDUC, 2019. Disponível em: www.seduc.am.gov.br Acesso em 05/03/2021

INEP, 2021. Disponível em: www.inep.gov.br Acesso em 05/03/2021



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).